

30 NOV 1986

O Plano Cruzado e a renegociação Econômica Brasil

Nas hostes do PMDB existe uma forte corrente que considera que o governo brasileiro deve assumir posição mais rígida diante dos bancos credores estrangeiros para forçar a solução dos problemas relacionados com a dívida externa no País, sobretudo depois da sonante vitória eleitoral do partido. É preciso estar atento a esse ponto de vista, que subestima o peso da influência externa sobre a reformulação da política econômica nacional no momento mesmo em que se vislumbram indícios de uma mudança na atitude da comunidade financeira internacional para com o Brasil, aliás prenunciada na última reunião anual do FMI/Banco Mundial, que se realizou em Washington.

Antes do mais, seria preciso entender que a salvação do Plano Cruzado está condicionada, basicamente, a uma reação favorável dos credores estrangeiros. É o que se percebe facilmente lançando os olhos sobre os problemas que enfrenta a economia nacional. O País encontra-se hoje num impasse, porque o governo permitiu que a demanda explodisse, sem considerar que a ociosidade da indústria havia acabado, deixando em situação extremamente difícil o setor dos bens intermediários, que

abrange a siderurgia, a petroquímica, a produção de papel e celulose, a de metais não-ferrosos e a energia elétrica. Em todo esse setor são necessários investimentos vultosos, de morosa maturação. Ora, para se fazerem investimentos, sem lançar mão de meios inflacionários, é preciso haver poupança real.

Quanto a isso, a situação do País é hoje muito difícil. Por um lado, o excesso de demanda fez a poupança minguar consideravelmente; por outro, 20% dessa mesma poupança, diminuta, está comprometida com a transferência, para o Exterior, de recursos destinados a saldar compromissos com os credores externos.

Será preciso, evidentemente, começar pelo incremento da poupança interna. Se não se quiser estancar completamente a demanda, será necessário reduzir o montante das transferências para o Exterior e tentar reativar a poupança externa para financiar importações que avigorem a capacidade nacional de produção. Compreende-se, deste modo, que a solução do problema externo é condição para a economia nacional sair do impasse em que ora se encontra.

Nestes últimos meses, o País conseguiu avançar no rumo de uma

solução, embora esteja longe de atingir seu objetivo, como se percebe pela estagnação dos investimentos estrangeiros diretos e pelo incremento das repatriações de capital. Sabe-se que, para conseguir a reversão de expectativa na atitude do capital estrangeiro, será necessário resolver o problema existente com o Clube de Paris (credores governamentais), que exige um acerto prévio no relacionamento do governo brasileiro com o FMI e, ao mesmo tempo, uma negociação plurianual com os bancos credores, que depende do descongelamento das relações do Brasil com o Clube de Paris.

Na reunião anual do FMI, o diretor-gerente desse organismo, sr. Jacques de Larosière, abriu novas perspectivas para a solução, que, não dependendo da obtenção de um crédito condicional, exige, porém, sem dúvida, a reformulação do Plano Cruzado. No tocante ao Clube de Paris, o Brasil conta já com a promessa, de alguns ministros da Fazenda dos países europeus, de uma retomada de financiamentos oficiais. Se o País chegar a acordo com os Estados Unidos sobre a questão da lei de informática, certamente terá o caminho livre para a renegociação com os

bancos comerciais. Estes, conscientes das vantagens que teriam por ajudar o crescimento do Brasil, já entremostam sua disposição de voltar a conceder empréstimos ao Brasil, depois de concluída a renegociação da dívida externa.

Diante desta situação, compreende-se a necessidade de se manter o diálogo, sem a inflexibilidade e a arrogância que, segundo alguns, decorreriam da posição de força assegurada pela vitória do PMDB, perante a comunidade financeira internacional. Não será com a ameaça de uma redução unilateral das transferências para o Exterior que conseguiremos alimentar um diálogo fecundo. Tampouco conseguiremos fomentar os investimentos diretos estrangeiros com a ameaça de nacionalizar o capital forâneo. A vitória do PMDB não deve ser vista como uma vitória das teses do ministro Renato Archer sobre a reserva de mercado.

Se o governo der ouvidos aos conselhos de alguns dos vencedores de hoje, que não passam de uma minoria, arriscar-se-á a jogar fora tudo que fez nestes últimos meses, no sentido de restabelecer esse diálogo, cujo desfecho determinará o futuro da economia brasileira.